



reunião com Ministro do Ambiente

SEM MUITAS RESPOSTAS

A direcção da CGTP-IN acompanhada pela FECTRANS reuniu-se no passado dia 22/08/2016 com o Ministro do Ambiente e respectivo Secretario de Estado, onde se discutiu as questões relativas às empresas públicas de transportes da tutela deste Ministério, através da abordagem dos seguintes temas:

- 1. Modelo de gestão das empresas e cumprimento das decisões da Assembleia da Republica;**
- 2. Desinvestimento e degradação do serviço público;**
- 3. Falta de trabalhadores e precariedade laboral;**
- 4. Negociação colectiva e Valorização dos salários e das condições de trabalho;**
- 5. Revogação do decreto-lei 133/2016;**
- 6. Aspectos específicos de cada uma das empresas.**

Quanto ao modelo de gestão, - Por parte da delegação sindical, questionou-se o que foi aprovado na Assembleia da Republica vai ser cumprido, já que continuamos a assistir a medidas de fusão de serviços.

Não pondo em causa o que foi aprovado DL nº 32/2016 em Assembleia da República, o Ministro ficamos com a ideia, que marca chamada "Transportes Lisboa", seria para continuar mas só com 3 empresas (Metro-TT-SL), embora não haja decisão, mas o caminho que continua a ser feito, vai nesse sentido, pelo que temos razões para continuarmos atentos ao desenvolvimento da situação e mantermos a mobilização par a defesa do estatuto autónomo de cada empresa, sem prejuízo da cooperação entre elas, desejável e necessária.

Desinvestimento e degradação do serviço público - Foi reconhecida a gravidade da situação, pelo Ministério, que estamos de acordo, que a paragem e reversão das privatizações só faz sentido, se for para prestar um melhor serviço, adiantado que a herança deixada, não permite fazer tudo de uma vez, dizendo que se está a trabalhar para resolver os problemas que foram abordados relativos à imobilização de grande parte da frota e as consequências que isso tem no nível e qualidade da oferta.

Sindicatos filiados:

STFCMM - Sindicato dos Transportes Fluviais, Costeiros e da Marinha Mercante

SIMAMEVIP - Sindicato dos Trabalhadores da Marinha Mercante, Agências de Viagens, Transitários e Pesca

SNTSF - Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector Ferroviário

Para receber informação da FECTRANS por email, inscreva-se em www.fectrans.pt

No entanto, relativamente ao sector não foi dada nenhuma informação concreto como isso vai ser feito e, sem essas medidas, o objectivo de fazer melhor não será conseguido.

Falta de trabalhadores e precariedade laboral – Perante os dados que foram colocados de falta de trabalhadores e situações de precariedade, o assunto foi remetido para a próxima reunião, já que a autorização final para admissão de trabalhadores passa pelas Ministério da Finanças.

Negociação colectiva e revogação do decreto-lei 133/2013 – Registaram aquilo que dizemos, já que a negociação colectiva em cada uma das empresas faz-se com a respectiva administração, mas estas do avançarão com algo desde que tenham o acordo da tutela e, por isso, é preciso que o Ministério acompanhe os processos, já que os mesmos têm que ter mais conteúdo que apenas a reunião, porque ela deve servir para valorizar os salários e as condições de trabalho.

Mas, como no passado, será a mobilização dos trabalhadores em cada uma das empresas, que obrigará a que este objectivo já conseguido.

Processos disciplinares – Tendo em conta aquilo que vamos assistindo relativamente ao controlo da velocidade, com indícios de que podemos estar perante uma nova vaga repressiva, foi chamada a atenção para este facto, comprometendo-se o Ministro a analisar esta questão com a administração da empresa.

Conclusões – os sindicatos da CGTP-IN que integraram a delegação da central sindical, consideram que a reunião teve o aspecto positivo de se poder abordar um conjunto importante de problemas, mas só será uma reunião efectivamente positiva se na próxima, houver respostas concretas a tudo aquilo que agora foi apresentado aos membros do governo.

Ficando se a aguardar o agendamento da próxima reunião com presença do Ministro das Finanças como responsável da tutela financeira

Não há qualquer razão para ia trabalhadores ficarem descansados, porque será com a sua mobilização que a abertura registada e decorrente da nova correlação de forças na Assembleia da República, terá resultados concretos para as reivindicações dos trabalhadores.

A luta vai continuar